



# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 5/2024

30 de outubro de 2024 (às 18h41')

Apresentação dos Projetos de Lei (PL) n.º 47, 48 e 49/2024, enviados pelas Mensagens (MSG) n.º 35, 36 e 37/2024, do Chefe do Executivo, conforme relação abaixo:

Mensagem	Matéria	EMENTA
MSG 35/2024	PL 47/2024	<i>Estima receita e fixa a despesa do município de Barueri, para o exercício financeiro de 2025. (LOA - Orçamento para 2025 R\$ 5.870.930.000,00)</i>
MSG 36/2024	PL 48/2024	<i>Altera os Anexos da Lei n.º 3101, de 13 de junho de 2024. Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício financeiro de 2025. (Altera os Anexos da LDO de 2025).</i>
MSG 37/2024	PL 49/2024	<i>Altera os Anexos da Lei n.º 2889, de 2 de dezembro de 2021. Plano Plurianual do Município de 2022 a 2025. (Altera os Anexos do PPA de 2022 a 2025).</i>

**Ata da 5ª Audiência Pública, da Comissão de Finanças e Orçamento, da 3ª Sessão Legislativa, da 18ª Legislatura da Câmara Municipal de Barueri, para apresentação do Orçamento para 2025, as Alterações da LDO de 2025 e do PPA de 2022 a 2025,** realizada em **30 de outubro de 2024 (às 18h41')**, em atendimento ao artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº. 101 - Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal, com transmissão ao vivo no site oficial da Câmara, nas Mídias Sociais, YouTube, Facebook e também na TV Câmara Barueri, no Canal Legislativo pela TV Alphaville, canal 307, cujo convite foi publicado no site oficial da Câmara Municipal de Barueri e no Jornal Oficial de Barueri, com a disponibilização dos Projetos de Leis n.º 47, 48 e 49/2024, das Mensagens n.º 35, 36 e 37/2024 e dos respectivos Anexos, para consulta no site oficial da Câmara Municipal de Barueri, nos seguintes endereços: [www.tiny.cc/PL0472024](http://www.tiny.cc/PL0472024), [www.tiny.cc/PL0482024](http://www.tiny.cc/PL0482024) e [www.tiny.cc/PL0492024](http://www.tiny.cc/PL0492024). Audiência realizada na Câmara Municipal de Barueri, à Alameda Wagih Salles Nemer, nº. 200, Centro Comercial Barueri, no prédio onde funciona o Poder Legislativo. Foram registradas trinta e três (33) presenças do público, conforme a lista de presença. Abertos os trabalhos, por **Rogério Ferraciolli – servidor da procuradoria geral desta Casa de Leis**, ele agradeceu a presença do público e ressaltou que a presente audiência pública tem o objetivo de apresentar os seguintes projetos n.º 47/2024, 48/2024 e 49/2024, enviados pelo Chefe do Executivo Municipal pelas Mensagens n.º 35, 36 e 37/2024. Passou a explanar sobre o **Projeto de Lei n.º 47/2024**, que Estima a receita e fixa a despesa do município de Barueri, para o exercício financeiro de 2025, a **LOA – Lei Orçamentária Anual** no valor de **R\$ 5.870.930.000,00**, e mostrou o Anexo IV – Despesas por Categoria Econômica, constante às folhas 9, do Processo n.º 2152/2024, do respectivo projeto. No **Projeto de Lei n.º 48/2024**, que **Altera os Anexos da Lei n.º 3101, de 13 de junho de 2024**, na Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício financeiro de 2025, apresentou o seguinte: Art. 1º Ficam o ANEXO V – Programas Governamentais – Metas e Custos, o ANEXO VI – Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental e o ANEXO de metas Fiscais, todos da Lei n.º 3.101, de 13 de junho de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentária do Exercício de 2025), substituídos por ANEXOS de igual denominação da presente lei. Mostrou o **Anexo VI – Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental**, que trata das Unidades competentes à execução dos Programas Governamentais, bem como as ações



DF



# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

necessárias ao seu desenvolvimento. Como exemplo apresentou o **ANEXO VI – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO – LDO. UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL**. Esclareceu que nesse caso a Câmara Municipal é a unidade executora, e a sua função Legislativa de ação governamental é para o pagamento de aposentadoria e pensão. Passou a falar do **Projeto de Lei n.º 49/2024**, que **Altera os Anexos da Lei n.º 2889, de 2 de dezembro de 2021** do Plano Plurianual do Município de 2022 a 2025. Mencionou o **ANEXO I – Estimativa das Receitas Orçamentárias**, **ANEXO II – Programas Governamentais – Metas/Custos**, e o **ANEXO III – Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental**, todos da Lei n.º 2.889, de 2 de dezembro de 2021, substituídos por ANEXOS de igual denominação da lei. Demonstrou o **Anexo II – Programas Governamentais – Metas e Custos**, que são os chamados Programas Governamentais – as ações executadas pela Administração, por exemplo, na execução de políticas públicas; os gastos necessários para o seu funcionamento; dentre outros. Disse que nesse Anexo o PROGRAMA é a PROTEÇÃO URBANA, a UNIDADE RESPONSÁVEL DO PROGRAMA é a SECRETARIA DE SEGURANÇA URBANA E DEFESA SOCIAL, que tem como OBJETIVO coordenar as ações relativas à área de segurança do cidadão, assim como, dos bens, instalações e serviços municipais; a colaboração junto as demais secretarias do município com as ações, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: ODS 13. ODS 14 e ODS 17, referente a Agenda Global para um mundo sustentável, mais justo e inclusivo de 2030. Esclareceu que trouxe alguns exemplos das alterações feitas nos projetos citados e que os mesmos estão disponibilizados no site da Câmara. A seguir informou que dará (3) três minutos para a manifestação do público, que ficará registrada em ata e a mensagem será encaminhada à Comissão de Finanças e Orçamento. Com a palavra **Dejanira V. Santos Alves (às 18h47')** questionou se os vereadores não deveriam estar presentes nesta audiência pública. **Rogério Ferraciolli (às 18h47')** respondeu que os vereadores foram convidados, mas não teve a resposta de qual evento eles estariam participando, ou o que teria acontecido, e como servidor apresentou a audiência. Reassumindo a palavra **Dejanira V. Santos Alves (às 18h48')** perguntou se houve superavit, e se por isso, houve a revisão da lei. **Rogério Ferraciolli (às 18h48')** reforçou que os questionamentos serão registrados em ata e levados à Comissão de Finanças e Orçamento para que a Comissão se manifeste a respeito. Reassumindo a palavra **Dejanira V. Santos Alves (às 18h48')** quer saber como teve superavit novamente na cidade mesmo a Netflix tendo levado 300 milhões de reais embora; quer saber também se na peça orçamentária foi reservado a revisão dos salários dos servidores, e se foi contemplado o Vale Alimentação? Com a palavra **Rafael Diniz da Silva (às 18h50')** disse que é servidor efetivo da rede, Auxiliar de Classe, fala pela categoria e quer entender se nesse superávit previsto para 2025, se na peça orçamentária pode incluir a possibilidade do cargo de Auxiliar de Classe, por tratar diretamente com as crianças, a **redução da carga horária**, lógico que isso traz impactos financeiros, para completar o efetivo da nossa categoria, mas que esse impacto financeiro em relação ao nosso salário é muito menor do que os ganhos em prol da educação, principalmente a educação inclusiva, que é aonde nós estamos atuando mais fortemente. O segundo ponto é que também está previsto o investimento de quase um bilhão e oitocentos milhões na educação, e o quanto desse valor está previsto nessa peça para capacitação humana, investimento pessoal, investimento em espaço e material para essas categorias de apoio; que atualmente conta com uma educação muito voltada para





# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

o professorado, ao pedagógico, às tecnologias, mas que as equipes de apoio e administrativos das escolas ainda sofrem certos desamparo; entende não como má fé, mas como uma falta de olhar para essas categorias que hoje vem sendo cada vez mais importante na rotina e no cotidiano escolar. O terceiro ponto é que a categoria de Auxiliares de Classes ela tem como atribuição inata já no edital o cuidado com a criança com necessidade de inclusão e as demandas que ela precisa no seu dia a dia, na rotina escolar. Considerando isso, a Lei Complementar n.º 298, de 2013, versa sobre uma gratificação especificamente para esses cuidados, e hoje tem uma normativa que regula o recebimento dessa gratificação, mas que não tem lastro na realidade do funcionário efetivo que está executando essa função; então se há a possibilidade dentro desse plano orçamentário de tornar automático, assim como é o abono insalubridade de outras categorias, essa gratificação auxiliar de classe para que assim que ele adentre na rede, ele já tenha direito a essa gratificação de maneira automática, pois é quase automático o cuidado desse servidor em relação a essa criança e ao cumprimento da função dessa necessidade, finalizou agradecendo pela oportunidade do espaço. Com a palavra, **Roberta Rocha (às 18h53')** registrou que mais uma vez a Administração peca na questão de como convoca as audiências públicas, e a forma como trata o dinheiro público do município; sabe que isso é do interesse de todos, e muitos não tem acesso porque não tem informação, pois vê lá no site: audiência pública com muitos números, a lei tal que altera tal, acha que já está até registrado, sempre reclama disso, não existe uma divulgação de maneira adequada, não existe a transparência para o município do que de fato nós estamos aqui discutindo – e é um assunto muito importante porque é o nosso dinheiro, é a nossa cidade – é o futuro da educação, da saúde, do transporte, da segurança, é lamentável que numa noite como essa com os municípios, os servidores e a ausência do poder executivo, a ausência do poder legislativo – isso aqui deveria estar sendo tratado de uma forma mais respeitosa. Nós temos num orçamento que é bilionário, um orçamento na saúde que é bilionário, na educação também e nós não temos esse retorno na forma efetiva. E o local para discutirmos, para debatermos, entendermos e dizer quais são as diretrizes que nós poderíamos estar tomando para um melhor aproveitamento desse orçamento não acontece; então é lamentável, é vergonhoso, a ausência dos vereadores aqui, é vergonhoso, mas é isso, vamos continuar aqui, a Dejanira, eu com a minha filha, alguns servidores, alguns municípios, e vamos lutar para que haja informação transparente. Na outra audiência comentei que deveria haver uma didática melhor já que a audiência é pública ela precisa alcançar o público e para isso precisa primeiro ter divulgação e ter também não só os termos técnicos – precisa transformar isso em algo que a população consiga assimilar, consiga entender o quanto que está indo para saúde e que desse dinheiro da saúde e desse dinheiro da saúde, efetivamente o quanto está indo para remédio, porque o dinheiro da saúde está indo para construir UBS, se está construindo UBS muitas das vezes a ponta da corda não está sendo atendida que é o medicamento, o que é internação; então é complicado. O dinheiro da educação constrói escola, derruba escola – constrói escola, mas e aí o profissional está sendo assistido como? Acha que é preciso ter meios e modos de deixar isso mais claro para população para que ela consiga de fato participar e dar a opinião dela, pois é difícil dar opinião numa coisa tão técnica ao ponto de vista da população tão obscura. Lamentou e espera que consiga fazer com que o poder público enxergue a importância da participação da população nessa gestão – nesse governo, para que possamos caminhar juntos, finalizou. Com a palavra **Antonia Lindalva Cardozo (às 18h58')** chegou





# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

atrasada, estava acompanhando pelo celular o valor do orçamento, mas seu celular travou. É servidora pública, munícipe de Barueri há 40 anos e como munícipe gostaria de saber como que está sendo tratado esse dinheiro, principalmente se existe algum projeto para habitação? Disse que em Barueri não existe projeto para habitação. Como a Roberta falou não existe divulgação, há quase quarenta anos que mora em Barueri e poucas vezes colocaram faixas nos bairros da periferia, onde há desigualdade social da população, não existe, o povo acha que está tudo bem – maravilhoso, mas não está – gente! As nossas UBSs, no bairro aonde moro no Engenho Novo não tem ginecologista, que para passar lá é preciso madrugar, desde que a doutora Katia morreu na pandemia não tem ginecologista fixo nessa UBS; vai continuar como está? Disse que passou no médico no ano passado, dr. Jorge, mas passava com a dra. Eiko também desde a adolescência, mas essas duas médicas morreram e ficaram sem referência de médicos. Citou o dr. Jorge e o dr. Pedro que são médicos maravilhosos, mas que a unidade está sem médico de referência e chega o “Outubro Rosa” faz se uma campanha maravilhosa do câncer de mama, só que vai na UBS e não há ginecologista para se fazer o Papanicolau – isso é complicado. Também gostaria de saber se Barueri vai continuar fazendo prédio faraônico para educação e entregando na mão da iniciativa privada, disse que a população não sabe disso ou não quer saber, finalizou a sua indignação. Com a palavra **Dejanira V. Santos Alves (às 19h)** estudou a peça orçamentária, umas 700 páginas, e não sabe se vão construir outra praça das artes ou outro ginásio poliesportivo porque dinheiro tem para construir essas coisas bem grande – Barueri constrói coisas bem grandona, mas garante que para habitação não tem nada porque estudou a peça orçamentaria inteira, e isso é desesperador porque as pessoas vão continuar pagando aluguel. Sugeriu que toda obra acima de 200 milhões de reais passe por audiência pública, e que o povo pudesse optar por uma praça das artes que custa 300 milhões de reais, ou se eles querem 5 mil apartamentos; se eles querem um ginásio poliesportivo que custa 300 milhões de reais ou se eles querem 5 mil apartamentos? Acha que isso deveria passar pelo crivo da população e que isso teria que começar nesta Casa, no poder legislativo, não pode as pessoas decidirem sem passar pelo crivo popular. Reforçou que não há nada para habitação, que teve nesse ano para pintar os predinhos, então que é preciso parar com essa brincadeira de fazer política pública sem consultar a população, agradeceu e finalizou. Com a palavra **Silvana Aparecida da Silva Rangel Dutra (às 19h02')** é professora da rede, nasceu e viu a cidade crescer, também o quanto a educação cresceu, só que de uns tempos para cá está descendo drasticamente; quem é professor sabe muito bem disso, estão trabalhando precariamente, os prédios, muitas vezes, não tem professores para atender porque quase ninguém está querendo ser professor, faz concurso público por obrigação mesmo de sobrevivência, mas não está atrativo, pois não tem mais o dissídio, perderam o décimo quarto que era um valor que ajudava muito, e querem saber, tem certeza de que todos os professores que estão aqui querem saber se há condições de voltar, não o décimo quarto, mas que venha de uma forma diferente em dissídio, que a evolução que seja mais justa, porque depois da reforma do plano de carreira do professor, não tem mais porque estudar, não tem uma porcentagem para isso, então que tudo isso fosse revisto. Falou que Barueri tem que mostrar que é bom porque é um bom município, tem tudo para crescer, mas que não pode esquecer do servidor porque senão vai cair, e é o que está acontecendo tanto na habitação, na educação, como também na saúde. A munícipe disse que não temos bons médicos porque sem atrativos eles vão embora, e com relação aos professores é a mesma coisa, e que já está para se aposentar graças a Deus, é de uma





# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

era muito boa aqui em Barueri, mas que hoje, se fosse para ser professor aqui em Barueri, não iria querer, porque está bem difícil. Fez também sugestão de uma cesta básica digna, com vale alimentação, de acordo com a realidade e finalizou. Com a palavra **Vinicius Antunes de Castro (às 19h05')** cumprimentou o presidente, disse que chegou atrasado devido ao trânsito, seu irmão João Antunes foi candidato a vereador nesse ano, e seu pai é Kim Castro do Jornal Fatos. Disse que de fato a prefeitura de Barueri não quer que o povo participe do orçamento da cidade, porque assim eles fazem o que quiserem; aproveitou o momento questionou o Prefeito Rubens Furlan, Beto Piteri eleito e até mesmo para algum secretário, Celso Furlan por exemplo, pois viram alguns contratos nesse ano, seu irmão abordou muito sobre o contrato JPT Transporte, de ônibus escolar, em torno de 40 milhões de reais, um contrato que se for avaliar no valor de mercado não passa de 23 milhões, e para onde vai o resto do dinheiro que ninguém sabe? Deu outro exemplo, viu com os seus amigos do corpo de bombeiros, presente, todos os veículos deles que estão ali fora são locados pela Center Lopes, que é do Paulinho Gatti, só que é a seguinte: se você for ver o valor que paga na locação da viatura dos nossos colegas dos bombeiros, é quase o dobro, ou o triplo de uma locadora comum, fora merenda, cesta básica, entre outras demais coisas, então entende que a população de Barueri tinha que ser mais participativa e perguntar por que acontecem essas coisas, não vai ficar se alongando para não se expor porque nem precisa, mas só nessa questão que falou do contrato do ônibus escolar a gente pode ter base para outros demais contratos que acontecem na nossa cidade. Tem outro contrato da Helper, que são tokens que ficam na frente das escolas, aqueles tokens nem sequer quando você aperta o botão, aciona a secretaria de segurança, ele aciona a secretaria de educação, sendo que deveria ser acionado a secretaria de segurança, um contrato de 60 milhões de reais, será que há necessidade disso? Não poderiam pegar esse dinheiro desse contrato e contratar mais guardas? Por exemplo, dois guardas por escola, deixar uma viatura à disposição? Falando em viaturas as Hilux da prefeitura elas são locadas por quase 12 mil reais, as Duster por quase 7 mil reais, não poderiam pegar o dinheiro, inclusive da mesma empresa que loca para os veículos dos bombeiros, que é a Center Loc, não poderiam comprar em vez de locar essas viaturas? Locam pelo fato de ter a justificativa de todo mês ficar gastando dinheiro com a locação, porque se você compra um carro, você não tem como justificar o gasto disso, então tem que rever – prestar mais atenção, vereador que a gente vota – eu gosto de todos os vereadores dessa Casa, os 21, respeito todos. Mas tem que questionar eles para que prestem mais atenção, questione o executivo, tem que prestar mais atenção, porque o que fazem com o dinheiro de Barueri é uma balbúrdia, de fato Barueri é uma excelente cidade, se alguém negar estará sendo hipócrita – mentiroso, só que a questão é a seguinte, com os mais de 5 bilhões e 800 milhões para o próximo ano isso deveria ser uma Dubai, uma cidade de outro mundo, inexplicável, porque é muito dinheiro – é muito dinheiro; e detalhe, eu vou falar aqui porque é o seguinte: quando eu falo da Center Loc por exemplo que loca os carros para prefeitura, o dono da empresa ele não só loca os carros da prefeitura, ele loca os prédios públicos, ele quem vende a merenda, é ele quem vende as cestas básicas, vende madeira para cidade, entre outros insumos; porque que uma pessoa só vende tantos produtos para um município, só esse senhor de que estou falando nesses últimos oito anos de governo faturou quase um bilhão de reais, porque que tanto dinheiro fica na mão de uma pessoa só? O município achou bacana não sabe se a Dejanira ou a Roberta falou que ao invés de gastar com remédios, com o efetivo – não, gastam com obras, com a construção de UBSs. Lá no Belval estão fazendo uma super





# Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

UBS, não entende se de fato há essa necessidade, mas esse dinheiro poderia estar abastecendo de fato a farmácia municipal, aumentando o pronto atendimento da cidade, quem sabe até um pronto atendimento nas UBSs, poderia ser um projeto viável, mas não – só querem gastar em obras, e na educação ocorre essa mesma coisa. Concluiu, será que está certo o orçamento de Barueri? Deixou o seu questionamento para o atual prefeito Rubens Furlan, para o próximo prefeito senhor Beto Piteri, alguns secretários que compõem o governo com eles e também para os nossos queridos vereadores para nos responderem por que essa balbúrdia acontece debaixo dos nossos olhos e ninguém fala nada, ninguém faz nada? Finalizou agradecendo. Com a palavra **Dejanira V. Santos Alves** (às 19h11') fez sua consideração final: disse que se sente tão solitária nas audiências públicas, geralmente estão ali os vereadores, os câmeras mens – eu e Jesus, então hoje eu estou muito feliz porque vocês estão aqui, se vocês assistirem as audiências públicas anteriores, verão que eu estou aqui sozinha fazendo os questionamentos, então que é muito importante que a gente acompanhe a cidade porque a cidade que deveria nos entregar no mínimo dez vezes mais, e porque a gente não acompanha eles fazem da gente o que eles querem, e é uma grande benção que todos vocês estejam aqui aprendendo, questionando e crescendo – essa cidade precisa parar de ser uma grande maquiagem, porque se mexer o furúnculo estoura. Deus abençoe, fiquei muito feliz por vocês estarem aqui, finalizou. O Presidente, **Rogério Ferraciolli** (às 19h12') pediu a gentileza para aqueles que fizeram uso da palavra que assinem a folha de presença e se apresentem para que seus nomes possam ser registrados em ata. A seguir, em nome do presidente desta Casa, Toninho Furlan, agradeceu a presença de todos e aos servidores pelo apoio técnico, encerrando a presente audiência pública (às 19h12'). Para constar, foi lavrada esta ata, redigida por Satiko Miyai (Analista Legislativo) e assinada por Rogério Ferraciolli - servidor da procuradoria geral desta Casa de Leis. Após assinada a ata, encaminhar uma via para os integrantes da Comissão de Finanças e Orçamento: vereadores Reinaldo Aparecido Campos – Presidente, Claudia Aparecida Afonso Marques – Vice-Presidente e Allan Miranda – Relator, para as devidas providências, publicar no site oficial da Câmara, e arquivar na Secretaria Legislativa.

  
Rogério Ferraciolli

Servidor da Procuradoria Geral desta Casa de Leis que presidiu esta Audiência Pública

